

N.F. Nº - 207150.0002/19-3  
NOTIFICADO - MÁRMORES DA BAHIA LTDA  
NOTIFICANTE - JOSÉ ANTÔNIO RODRIGUES PEREIRA  
ORIGEM - INFAZ CHAPADA DIAMANTINA  
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 01.07.2021

#### 6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF Nº 0183-06/21NF-VD

**EMENTA:** ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. IMPOSTO ESCRITURADO DIVERGENTE DO RECOLHIDO. Notificado alega que a divergência apurada é devido a omissão de lançamento na EFD-FISCAL. Na Informação Fiscal, o Notificante, após feita a análise documental decorrente da retificação da EFD, acata alegações do Impugnante, opinando pela IMPROCEDÊNCIA do lançamento e afirmando inexistência de prejuízo para os cofres públicos. Instância única. Notificação Fiscal IMPROCEDENTE. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 21/06/2019, exige do Notificado ICMS no valor de R\$2.748,09, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 03.01.01: recolheu a menor ICMS em decorrência de desconcontro entre o(s) valor(es) do imposto recolhido e o escriturado na apuração do imposto.

Enquadramento Legal: artigos 24 a 26 da Lei 7.014/96 c/c art. 305 do RICMS-BA, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012. Tipificação da Multa: art. 42, inciso II, alínea “b” da Lei 7.014/96.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva (fls. 10 a 16), alegando que a inconsistência entre o saldo devedor do ICMS apresentado na DMA e no Registro de Apuração do ICMS (R\$30.042,76) e o saldo devedor do imposto escriturado na EFD - FISCAL (R\$32.790,85), ambos referentes ao período de fevereiro/2015, concerne à omissão de informação na EFD-FISCAL de 1/48 avos de crédito de ICMS decorrente de aquisição de ativos imobilizados em diversos períodos de apuração.

Prossegue solicitando autorização prévia para a remessa da EFD-FISCAL retificadora e solicitando o cancelamento da Notificação Fiscal, por entender não ter havido dolo, nem prejuízo monetário para a Fazenda Estadual, pois foi recolhido o imposto realmente devido.

Na Informação Fiscal (fl. 18), o Notificante afirma que, após análise da EFD e DMA, verificou que a DMA foi escriturada, efetivamente com o valor do crédito do ativo imobilizado e que o pagamento foi realizado com base nessa apuração. Asseverando que a empresa tem direito a este crédito. Complementa a informação ratificando a existência de equívoco na escrituração e que isto não trouxe prejuízo ao Erário.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

#### VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige do Notificado ICMS no valor de R\$2.748,09 e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata do recolhimento a menor de ICMS em decorrência de desencontro entre os valores do imposto escriturado e o recolhido na apuração do imposto.

Cumprir destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando aqui problemas de intempestividade. O lançamento de ofício e o Processo Administrativo Fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

Na presente Notificação Fiscal, foram indicados, de forma compreensível, os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente à irregularidade apurada e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Em síntese, o Notificado alega que a inconsistência apurada se refere à omissão de informação de aquisições para o ativo imobilizado na EFD-FISCAL e solicita autorização prévia para a remessa da EFD-FISCAL retificadora, assim como o cancelamento da Notificação Fiscal, por entender não ter havido dolo, nem prejuízo monetário para a Fazenda Estadual, pois foi recolhido o imposto realmente devido.

Na Informação Fiscal, o Notificante afirma que, após análise da EFD e DMA, verificou que a DMA foi escriturada, efetivamente com o valor do crédito do ativo imobilizado e que o pagamento foi realizado com base nessa apuração. Asseverando que a empresa tem direito a este crédito. Complementa a informação ratificando a existência de equívoco na escrituração e que isto não trouxe prejuízo ao Erário, e que após ter havida a autorização para a retificação da EFD e que foi prestada a informação fiscal.

Compulsando aos autos observo que na fl. 03 consta planilha extraída do Sistema Integrado de Auditoria Fiscal - SIAF pelo Notificante, na qual apurou-se uma diferença entre o ICMS a recolher (R\$32.790,85) e o valor de imposto recolhido (R\$30.042,76), equivalente a R\$2.748,09, que corresponde ao crédito exigido neste lançamento.

Nas fls. 11 e 12, constam, respectivamente, a Declaração Mensal do ICMS-DMA do contribuinte e seu Registro de Apuração do ICMS. Nos dois documentos, existe o lançamento de "OUTROS CRÉDITOS" no valor de R\$2.748,09. Nas fls. 14 e 15 encontram-se, respectivamente, o documento de arrecadação e correspondente pagamento, equivalente a R\$30.042,76, que se encontra apurado nos dois documentos supramencionados.

Considerando que as alegações do Impugnante foram totalmente acatadas pelo preposto do fisco, inclusive a referente a inexistência de prejuízo para os cofres públicos, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **207150.0002/19-3**, lavrada contra **MÁRMORES DA BAHIA LTDA**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 09 de junho de 2021

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA - PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – RELATOR